

# A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO

## YOUTH AND ADULT EDUCATION AS SOCIAL TRANSFORMATION: A CASE STUDY

HIARLA BARBOSA DA SILVA<sup>1</sup>; LARICE FLORÊNCIO DA TRINDADE<sup>2</sup>; RAQUEL DOS SANTOS ALVES<sup>3</sup>; SHIRLEY APARECIDA DA SILVA MATOS<sup>4</sup>; LUCIANE SILVA DE SOUZA<sup>5</sup>

**RESUMO:** O presente artigo científico busca responder quais as possíveis contribuições sociais, econômicas e afetivas que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode proporcionar na vida de um sujeito oriundo dessa modalidade de ensino. Ela sempre foi e ainda é posicionada à margem nos debates dentro do contexto geral da Educação Básica brasileira. Analisamos a história da EJA no Brasil, bem como as políticas educacionais que compreendem essa modalidade de ensino. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativo-descritiva, por meio da pesquisa bibliográfica conjuntamente com o estudo de caso. Foi utilizada a entrevista para coletar os relatos dos sujeitos. Os resultados das entrevistas foram analisados a partir do método dialético. Com isso, o estudo realizado possibilitou compreender como a EJA influenciou a vida dos sujeitos, como também trouxe luz a questões sociais que precisam ser consideradas paralelamente a essa modalidade de ensino para que a oferta gratuita e de qualidade da EJA seja atendida e alcance toda a população.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas Educacionais. Aprendizagem. Transformação Social.

**ABSTRACT:** *This scientific article seeks to answer what are the possible social, economic and affective contributions that Youth and Adult Education (EJA) can provide in the life of a subject coming from this type of education. It has always been and still is placed on the sidelines in debates within the general context of Brazilian Basic Education. We analyze the history of EJA in Brazil, as well as the educational policies that comprise this type of teaching. The methodology used was a qualitative-descriptive approach, through bibliographical research together with the case study. Interviews were used to collect the subjects' reports. The results of the interviews were analyzed using the dialectical method. With this, the study made it possible to understand how EJA influenced the lives of the subjects, as well as shed light on social issues that need to be considered in parallel with this modality of education so that the free and quality offer of EJA is met and reaches the entire population.*

**Keywords:** *Youth and Adult Education. Educational Public Policies. Learning. Social Transformation.*

---

<sup>1</sup> Hiarla Barbosa da Silva. Curso de Pedagogia. E-mail: hiarlabarbosa@outlook.com.

<sup>2</sup> Larice Florêncio da Trindade. Curso de Pedagogia. E-mail: larice121@hotmail.com.

<sup>3</sup> Raquel dos Santos Alves. Curso de Pedagogia. E-mail: raquelalves9214@gmail.com.

<sup>4</sup> Shirley Aparecida da Silva Matos. Curso de Pedagogia. E-mail: shirleyapa55@gmail.com.

<sup>5</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação. Mestra em Letras e Linguística. Graduada em Pedagogia, pela Alfa/SP. Graduada em Letras, pela UFG. Graduada em Direito, pela Fasam. Professora Universitária desde 2003. E-mail: profalucianesouza@gmail.com

## 1.INTRODUÇÃO

Observando como a Educação de Jovens e Adultos (EJA)<sup>6</sup> é posicionada à margem nos debates atuais, dentro de um contexto geral da educação brasileira, afluíram a necessidade da elaboração deste presente artigo, à medida em que é importante trazer mais visibilidade para essa modalidade de ensino, devido à sua relevância social, econômica e afetiva.

A EJA foi pensada como a garantia de um direito básico universal, que é previsto na Constituição Federal como também em legislações específicas da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) garante que todos os cidadãos devem ter acesso à educação básica, gratuita e de qualidade durante a vida, inclusive aqueles que não tiveram acesso na idade considerada “adequada”. Ela também estabelece que o ensino deve ser ofertado pensando nas especificidades desses sujeitos, os quais, na maioria dos casos, são trabalhadores, pais e mães que já possuem toda uma trajetória de vida e que deve ser considerada.

Para o entendimento do fenômeno da EJA, foi importante construir uma linha temporal de seus grandes marcos históricos e, assim, entender quais foram os desafios enfrentados por ela para se estabelecer como a vemos, hoje, nas legislações: uma modalidade de ensino da Educação Básica e, como tal, se beneficia das políticas públicas educacionais.

O artigo baseou-se nos textos das legislações brasileiras, como as Constituições Federais (1934, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDN, Lei nº 9.394/96) e outras. Entre vários autores que trouxeram enormes contribuições, destacam-se: Maria Clara Di Pierro e Moacir Gadotti, essenciais para estabelecermos a trajetória dessa modalidade de ensino; Paulo Freire e José Carlos Libâneo, que abordaram a transformação do sujeito oriundo da EJA. Outros autores também contribuíram significativamente para trazer luz à importância do fenômeno educativo no processo da construção social.

Esta pesquisa estabeleceu-se a partir da perspectiva freireana de que, por meio da educação, o sujeito, que antes enxergava-se em posições inferiores devido à sua pouca, ou nenhuma escolarização, passa a ter autonomia e liberdade, além de ser capaz de fazer questionamentos e críticas. Ele, agora, torna-se um cidadão ativo, crítico e livre.

A pergunta norteadora que este estudo busca responder é: Quais são as possíveis contribuições sociais, econômicas e afetivas que a EJA pode proporcionar na vida de um sujeito oriundo dessa modalidade de ensino? Para responder a essa pergunta, o estudo tem como

---

<sup>6</sup> A partir deste momento, utilizar-se-á a sigla EJA para fazer referência à Educação de Jovens e Adultos.

objetivo geral identificar e compreender quais foram essas contribuições, a partir do contato direto com sujeitos que vivenciaram essa experiência.

Para alcançar o objetivo geral proposto e responder ao problema de pesquisa, foram instituídos objetivos específicos: estabelecer um panorama histórico da EJA no Brasil; relacionar as teorias educacionais que compreendem a EJA; documentar e comprovar as contribuições da EJA, por meio de entrevistas que trouxeram o relato de sujeitos oriundos dessa modalidade de ensino, fazendo uma análise dessas experiências descritas com os fenômenos estruturais históricos que permeiam a sociedade.

O estudo justifica-se devido à importância que a EJA tem para a sociedade, promovendo mudanças reais e tangíveis no mundo globalizado que atende ao sistema econômico capitalista, como também devido à escassa produção acadêmica que discute essa área. Ela é pouco vislumbrada no contexto da educação. É urgente que passemos a olhar e a tratar da EJA com maior atenção nas discussões nacionais e internacionais.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Educação de Jovens e Adultos**

A educação, por ser um direito básico universal previsto nas leis federais, estende-se a todos os cidadãos. Com isso, jovens, adultos e idosos, que não tiveram acesso à educação básica da idade considerada como “adequada”, ou que por motivos particulares não concluíram os estudos, têm o direito de, a qualquer momento, reivindicá-lo, sendo garantida uma educação de qualidade e apropriada para suas necessidades, compreendendo as especificidades dessa modalidade de ensino (BRASIL, 1996).

Diante disso, faz-se necessário entender a EJA a partir de uma perspectiva sóciohistórica. Sobre isso, Gadotti (2011, p. 39) afirma que,

Um programa de educação de adultos, por essa razão, não pode ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na *qualidade de vida* da população atingida. A educação de adultos está condicionada as possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno trabalhador (GADOTTI, 2011, p. 39 - grifo do autor).

Essa modalidade de ensino possui características bem específicas para seu público-alvo, que é composto por alunos jovens, adultos e idosos que trabalham durante todo o dia e são responsáveis por administrar sua casa, cuidar da família, dos filhos, além de outros fatores

sociais e pessoais que se tornam obstáculos para que esse alunado frequente a escola. Logo, promover um ambiente agradável e adequado, com flexibilidade é o primeiro passo.

A respeito disso, Francisco (2015) afirma que os alunos da EJA enfrentam grandes dificuldades para estar em sala de aula. Nesse sentido, é necessário criar um ambiente acolhedor e cativante para o estudante. O educador deve abandonar o ensino tradicionalista e conteudista, que o prende ao “ensino fragmentado”. Assim, pautar-se nas ideias e métodos multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares pode ser uma ótima ferramenta para conduzir as aulas dos alunos (jovens, adultos e idosos) da EJA.

A face do exposto, cabe aqui citar um grande nome na área educacional a nível mundial, o pernambucano Paulo Freire (1921-1997). Esse educador direcionou seu trabalho para a Educação de Adultos, consagrando-a como Educação Popular (2011), com uma abordagem à luz da pedagogia para a libertação e emancipação humana. Em seus ensaios, Freire (2018) consolida sua prática educativa com base na dialogicidade, pois “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, e não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 2018, p. 109 - grifo do autor). Partindo dessa ideia do diálogo no âmbito da educação, faz-se necessário que o educador, enquanto instrumento para promover e mediar conhecimentos, não pode se ver como o detentor de todo o saber, quando se fala em uma educação libertadora.

É necessário, portanto, que a comunicação educador-educando aconteça antes mesmo de iniciar os conteúdos programáticos. É desse ato dialógico que se capta os temas geradores para aquela comunidade, ou seja, os assuntos que fazem sentido na vida dessas pessoas. A partir deles, os conteúdos prescritos no currículo são desenvolvidos, considerando que esses alunos são “sujeitos inteligentes, que desenvolveram estratégias de sobrevivência em uma cultura escrita sem estar adequadamente instrumentalizado para isso, resolvendo problemas, vivendo, trabalhando e amando” (SCHWARTS, 2010, p. 63).

Contudo, salientamos que a EJA não possui currículo específico, devendo, então, seguir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Já que a EJA é uma modalidade de ensino da Educação Básica, os conteúdos são os mesmos; entretanto, a prática docente deve estar pautada nos ideais de que os alunos jovens, adultos e idosos trazem em suas bagagens históricas e culturais, em seus conhecimentos fomentadores da construção do aprendizado. “Por que não estabelecer uma ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência sociais que eles têm como indivíduos?” (FREIRE, 2018, p. 32).

A respeito desse momento de descobertas, do estabelecimento das relações entre educador-educando, Souza e Silva (2011, p. 2) enfatizam a importância de o professor compreender a pluralidade dos discentes e suas histórias, a existência das particularidades e da diversidade étnica e cultural, de raça, gênero e religião.

Na EJA, os alunos retornam para a sala de aula com uma enorme bagagem sociocultural, suas histórias e experiências. E esse saber adquirido em ambientes sociais deve ser valorizado e utilizado nas salas de aula de jovens e adultos, contribuindo para suas práticas sociais, pois “os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade” (FREIRE, 2011, p. 21).

Todavia, a EJA não pode ser reduzida a pensar em projetos para a erradicação do analfabetismo, ou em métodos para ensinar esse público. Pensar a EJA é, a princípio, ponderar a história de vida, a condição social desses sujeitos. O que vemos na educação de adultos, hoje, é resultado da negligência, no passado, de outros direitos humanos desse cidadão.

Logo, observa-se que educação e política não se separam. Freire (2020) enfatiza a necessidade de assumirmos a politicidade da educação, sendo assim, essa não pode ser neutra e descomprometida, indiferente a realidade da sociedade.

Se a educação é um direito garantido democraticamente a todos os cidadãos, cabe aqui a indagação feita por Paulo Freire (2000, p. 31): “Que democracia é esta que encontra para a dor de milhões de famintos, de renegados, de proibidos de ler a palavra, e mal lendo seu mundo, razões climáticas ou de incompetência genética?”. Trata-se de uma gama de argumentos preconceituosos, os quais, de um lado, culpam aos jovens e aos adultos por não terem prosseguido com os estudos no início da vida por falta de interesse; por outro lado, tentam justificar a evasão/repetência não estão de fato olhando para a fonte, para a verdadeira falha das entidades governamentais, a falha nas políticas públicas.

Dessa forma, as políticas públicas educacionais devem atuar conjuntamente com outras políticas (saúde, moradia, emprego, segurança e mobilidade). Para isso, “esse resgate não pode ser tratado emergencialmente, mas, sim, de forma sistemática e continuada” (BRASIL, 2013, p. 40). Logo, deve-se garantir que todos os direitos básicos sejam oferecidos integralmente para que o processo educativo tenha sucesso. Caso contrário, estará sempre encobrindo falhas, e nunca resolverá o verdadeiro problema que assombra a educação. Contudo, vale ressaltar que “somente projetos políticos formulados e implementados através da ampla participação popular são capazes de, sem traumatismos, satisfazer expectativas criadas pela socialização universal do saber” (ROMÃO, 2011, p. 58).

### **2.1.1 Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos**

Durante a trajetória da educação, no Brasil, a EJA enfrentou duras batalhas para ser reconhecida e beneficiada como uma modalidade da Educação Básica. Todavia, mesmo com seu histórico de marginalização, nos dias atuais, essa modalidade ainda é negligenciada, pouco valorizada e discutida no âmbito das políticas públicas educacionais. Analisamos os acontecimentos educacionais no âmbito da EJA, no Brasil, a partir do final da primeira metade do século XX.

Em 1947, foi criada a Campanha de Educação de Adultos, sendo a primeira ação pública a atender jovens e adultos no país (COSTA; ARAUJO, 2011, p. 1). No mesmo ano, aconteceu o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos. Nos anos seguintes, a educação de jovens e adultos começou a ganhar mais espaço nas agendas políticas educacionais brasileiras. Ainda assim, neste período, o analfabetismo era entendido como uma doença e as iniciativas visavam erradicá-lo (GADOTTI, 2011).

Gadotti (2011) traz alguns movimentos importantes no período de 1958 a 1964, marcado pela ascensão da abordagem da educação de adultos. A participação do educador pernambucano Paulo Freire no 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958, trouxe contribuições positivas. Segundo Gadotti (2011, p. 43), “Partiu dali a ideia de um programa permanente de enfrentamento do problema da alfabetização, que desembocou no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire”. Outros movimentos também ganharam destaque como, por exemplo, os Centros Populares de Cultura e o Movimento de Educação de Base, os quais foram extintos devido à nova ordem política implementada no país, o Golpe Militar de 1964.

O Golpe Militar de 1964 foi um ponto importante para a educação de adultos, mas não positivamente. As tendências pedagógicas dessa fase eram de cunho tradicionalista e conservador, de modo a atender o regime autoritário da época. A educação de adultos passou a ser entendida como fator de controle social e tinha o objetivo de acabar com os números alarmantes de analfabetos no país.

E, para satisfazer e manter a ordem política violentamente implementada, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que agia de forma centralizada, controlando aspectos sociais e pedagógicos desse programa por meio das comissões municipais que haviam sido implementadas em todo o país (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 61).

Em 1985, com o fim do período do Regime Ditatorial Militar e a redemocratização do país, a EJA enfrentaria mais desafios para se consolidar. O MOBRAL foi extinto e o seu lugar ocupado pela Fundação EDUCAR, que foi extinta, em 1990, por falta de recursos financeiros.

Em 1990, aconteceu o Ano Internacional da Alfabetização, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU). A década de 1990 foi marcada por avanços na educação brasileira, e a EJA beneficiou-se desses avanços, gradativamente. Nessa década, destaca-se a realização da V Conferência Internacional de Educação de Adultos e do Programa de Alfabetização Solidária, ambos em 1997 (SAMPAIO, 2009).

Desde 2003 e ainda vigente, temos o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com o objetivo de atender aos jovens, adultos e idosos não escolarizados, com a finalidade de promover a superação do analfabetismo entre sujeitos de quinze (15) anos de idade ou mais e contribuir com a universalização do ensino no país (BRASIL, 2007).

### **2.1.2 Legislações em Educação de Jovens e Adultos**

Analisando as Constituições Brasileiras, a partir do Brasil República, é possível identificar o avanço da educação durante o percurso da história do país. A educação de jovens e adultos, por sua vez, se desenvolveu paulatinamente. Na Constituição de 1934, a educação é citada como direito de todos os cidadãos. E, em seu Artigo 150, estende-se a obrigatoriedade aos adultos (BRASIL, 1934), o que passa a ser um marco na educação deles.

Nas Constituições seguintes, educação foi abordada como direito de todos, mas não fazia menções específicas à educação de adultos. O tema referente à educação de adultos voltou a ser explanado na Constituição de 1988, que vigora nos dias atuais.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 206 e 208, preconiza a educação a todos que não tiveram acesso a ela na idade considerada própria, e garante o direito à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1988), passando a beneficiar os adolescentes, os jovens e os adultos que não concluíram sua escolarização.

Ainda no artigo 208, a lei prevê “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”. Trata-se de um amparo à classe trabalhadora que procura o sistema educacional, e que necessita que o mesmo esteja em convergência com as suas condições de vida.

Além da lei maior que rege o país (Constituição Federal), temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), contemplando especificamente o âmbito educacional. A primeira LDB criada no Brasil foi a Lei nº 4.024 de 1961, a qual vigorou por 10 anos. Ela foi substituída no período da Ditadura Militar pela Lei nº 5.692/71. Com a redemocratização do país e após a promulgação da nova Constituição Federal, foi identificada a necessidade de uma

nova LDB que atendesse às necessidades/demandas da nova sociedade democrática de direitos. Então, foi promulgada a Lei nº 9.394/96.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, outorga uma seção exclusiva para atender à educação de jovens e adultos. A Seção V, da LDB, no Art. 37 preconiza que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996). Há também a garantia do Estado às oportunidades de acesso e permanência desses indivíduos no sistema educacional.

O Artigo 38 da LDB determina que a idade mínima obrigatória para realização dos exames supletivos: “Art. 38: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos” (BRASIL, 1996).

A década de 1990 foi próspera para a educação nas agendas nacionais e internacionais com forte influência das decisões das políticas nacionais. Com isso, a Educação de Jovens e Adultos também foi beneficiada. Nesse ano, realizou-se a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, que aprovou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Ela tinha como princípio discutir ações em prol da educação básica de qualidade, promovendo a universalização do ensino e da equidade na oferta. Assim, estabeleceu-se que os jovens e adultos também têm direito a ser amparados pelas estratégias para satisfazer aos objetivos e às metas instituídas.

Na V Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos (CONFINTEA V), realizada em 1997, estabeleceram a Declaração de Hamburgo. Esse evento teve como objetivo a discussão sobre o tema educação e formação de adultos, o qual “pretendia instaurar um diálogo e uma parceria continuada entre os governos, as ONGs e as instituições que apresentam programas de educação de adultos” (UNESCO, 1999). A CONFINTEA V destacou-se no contexto na educação de adultos nas agendas internacionais.

O Parecer CNE/CEB 11/2000 estabelece as Diretrizes Nacionais da Educação de Jovens e Adultos e conceitua as funções norteadoras dessa modalidade de ensino. São elas; reparadora, equalizadora e qualificadora. Nesse documento, a função reparadora é percebida como a restauração de um direito negado e também enfatiza que é o reconhecimento da igualdade ontológica. A função equalizadora, de modo geral, distribui igualmente os bens sociais. Afinal, a equidade é entendida como “a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir

uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas” (BRASIL, 2000, p. 10).

Por fim, para concluir os conceitos das funções, o Parecer CNE/CEB 11/2000 reconhece que a função qualificadora é:

Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade” (BRASIL, 2000, p. 11).

Diante disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), publicadas em 2013, reforçam a EJA como uma modalidade da Educação Básica, e ressaltam que “cursos de EJA devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço” (BRASIL, 2013).

Em 2014, foi sancionado a Lei nº 13.005, “Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos” (BRASIL, 2014). O PNE estabelece metas e estratégias que compreendem o prazo de dez anos, de 2014-2024, para atender o público jovem e o adulto, garantindo a oferta gratuita, o acesso a programas suplementares, de modo que essa modalidade de ensino seja adequada para as necessidades específicas desse alunado.

## **2.2 A Educação de Jovens e Adultos como Transformação Social**

Pensar a EJA como um fator de transformação social é fazer uma análise da educação crítica e emancipadora, defendida pelo patrono da educação, Paulo Freire. Na perspectiva de Freire (2018), a educação é capaz de tornar os sujeitos conscientes e, a partir dessa consciência, transformar o mundo.

A EJA faz-se como elemento de transformação e ascensão social à medida em que, por meio do processo de ensino-aprendizagem, o educando vê-se em condições de compreender o mundo e nele atuar. Para isso, é papel do educador criar um ambiente que estimule o desenvolvimento intelectual e crítico. “É propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação” (FREIRE, 2018, p. 120).

Nesse sentido, o educador tem papel fundamental na construção da consciência cidadã e a possível transformação social, pois é papel do professor educador proporcionar as melhores

condições para receber esse aluno no ambiente escolar, organizando uma prática para melhor dinamizar as aulas e envolver os alunos no processo.

Ensinar e aprender têm que ver com o esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico do aluno de ir *entrando* como sujeito em aprendizagem, no processo de desvelamento que o professor ou professora deve deflagrar (FREIRE, 2018, p. 116, grifo do autor)

O aluno oriundo da EJA deve (re)construir sua história, deixando de ser apenas um telespectador de sua própria vida e assumindo-se protagonista dela. Para isso, o docente não pode se pautar no autoritarismo, falando de cima para baixo; ele deve abandonar a postura de detentor do saber. Assim, educador e educando são igualmente sujeitos no processo de construção do saber.

A educação, na concepção da pedagogia que visa à liberdade e autonomia, não pode restringir-se a qualificação de mão de obra para satisfazer às necessidades do mercado. Os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar devem transcender as habilidades de ler, escrever, fazer cálculos, ou interpretar um mapa político. Esse aluno, por meio da educação, deve ser capaz de adquirir habilidades para atuar no mercado de trabalho competitivo, mas sobretudo, deve ser capaz de questionar e de indagar sobre os problemas que o envolvem, a sociedade, e a própria comunidade.

O ideal é que o aluno tenha autonomia para tomar decisões, garantindo o exercício pleno da cidadania, influenciando diretamente na sua autoestima. Assim, “a escolarização passa a ser apontada como elemento decisivo na busca de uma cidadania ativa e participante para todas as pessoas” (MACHADO, 2018, p. 41).

A sociedade está em constante mudança, transformando-se. O processo de globalização mundial influencia diretamente na educação. Libanêo (2012, p. 62) destaca que esses acontecimentos “exigem um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais”. Isso explica o que a EJA significa para a vida de milhões de sujeitos que tiveram o direito à educação negligenciado em algum momento de sua história e mostra a necessidade de (re)adaptação.

A respeito dessas transformações que estamos vivendo no mundo, Bell Hooks (2019, p. 201) complementa que, “uma vez que o nosso lugar no mundo está sempre mudando, precisamos aprender constantemente para estarmos totalmente presentes no agora”. Nesse

contexto, a EJA é uma segunda chance para melhorar as condições do sujeito a nível escolar e, conseqüentemente, social e financeiro.

Machado (2018, p. 41) afirma que

Na contemporaneidade, cobram-se das pessoas qualificação e efetividade dos conhecimentos em determinados campos do saber e tornou-se consenso admitir que boa parte dos conhecimentos e das competências hoje exigidas ao indivíduo é decorrente da formação escolar.

Essas novas demandas sociais, políticas e econômicas causam nos sujeitos, com pouca ou nenhuma escolarização, uma necessidade de buscar pela educação básica. Eles veem na EJA uma nova possibilidade, uma via de acesso para a transformação de sua situação existencial. Gadotti (2011, p. 38) afirma que “os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo”.

Diante dessa perspectiva com o mundo cada vez mais globalizado e que segue as ideologias do sistema capitalista, o ensino deve promover o desenvolvimento integral do sujeito, sobretudo dos alunos da EJA para que esses se libertem e saiam da situação de marginalizados e passem a gozar de todos os seus direitos, de modo ativo e crítico.

### **3. METODOLOGIA**

Para desenvolver este estudo, foi necessário percorrer um caminho bem estruturado, com a utilização de diferentes métodos, para então obter os resultados estabelecidos para esta pesquisa. Gil (2008, p. 8) define métodos como o “caminho para se chegar a determinado fim”.

A metodologia de pesquisa deste artigo é de abordagem qualitativo-descritiva, utilizando os procedimentos de pesquisa bibliográfica, da pesquisa de campo e do estudo de caso. A coleta dos resultados partiu da entrevista, que contou com o relato da experiência dos sujeitos entrevistados.

Para a realização da pesquisa deste artigo, foi realizada uma abordagem qualitativo-descritiva. A pesquisa qualitativa não quantifica resultados, ao contrário, as análises são feitas de forma subjetiva por meio da interpretação mais ampla e complexa da temática pesquisada.

Este método de pesquisa,

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de

significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

A respeito da pesquisa descritiva, Prodanov e Freitas (2013, p. 52) afirmam que ela “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Iniciamos o desenvolvimento do artigo com a pesquisa bibliográfica, à medida em que é necessário conhecer a fundo o tema pesquisado, suas características e sua história. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

A pesquisa deste estudo foi por meio de artigos científicos, livros e leis que abordam o tema: Educação de Jovens e Adultos. Utilizamos autores clássicos como Paulo Freire (2016, 2018, 2020), Moacir Gadotti (2011), Maria Clara Di Pierro (2001); a Carta Magna (Constituição Federal 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96); entre outras legislações pertinentes, e autores que complementam o pensamento sobre o tema.

O estudo de caso, “é um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60).

Logo, o estudo de caso foi realizado com sujeitos oriundos da EJA, com a abordagem qualitativo-descritiva, pois, a pesquisa busca analisar esse indivíduo a partir de sua história, de forma subjetiva, estabelecendo a relação entre o relato dos entrevistados com o a temática. Para isso, nos baseamos no método dialético.

Esse método “busca interpretar a realidade partindo do pressuposto de que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 34). Diante disso, a pesquisa foi dialética, visto que, objetivamos entender o fenômeno da EJA, partindo do relato pessoal dos indivíduos e fazendo uma análise desses relatos dentro de um contexto social.

Como técnica de investigação para obtenção das informações e dados necessários, foram utilizadas entrevistas com perguntas objetivas para caracterizar o entrevistado, como também perguntas subjetivas, livres para o entrevistado trazer seu relato detalhado.

Marconi e Lakatos (2003, p. 196) afirmam que “entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”. O estudo de caso foi realizado por meio de entrevistas com dois (2) sujeitos, a fim de obter seus relatos

sobre o tema, de forma aprofundada. Ela possibilitou o confronto das visões dos entrevistados sobre a EJA e as contribuições dela na vida de cada um.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Caracterizando a Pesquisa**

A proposta deste estudo foi a de identificar as contribuições da EJA a partir da perspectiva de sujeitos que tiveram essa experiência em suas vidas. Afinal, para entender um fenômeno como a EJA, é necessário ter o cenário geral. Com isso, à luz de teóricos que dissertam sobre a temática e, principalmente, com os relatos dos sujeitos, foi possível entender o que a EJA significa para a formação da sociedade e a construção social individual. Foi feito um paralelo entre os relatos dos entrevistados, que aqui chamamos de Sujeito A e Sujeito B, com as teorias e com a estrutura social.

A pesquisa foi estruturada por meio de uma entrevista com a abordagem de um relato de vida de cada um sobre o tema. Ela foi conduzida de forma mais aberta, a fim de possibilitar que o entrevistado trouxesse detalhes de suas experiências. A pesquisa foi estruturada por meio de uma entrevista feita pelo Google Meet, que é um aplicativo utilizado em reuniões de videoconferência.

Por meio dele, conseguimos fazer a pesquisa com o Sujeito A, que relatou sua experiência com a EJA. Pessoalmente, realizamos coleta do relato do Sujeito B, também gravado. Esses relatos foram conduzidos com algumas perguntas que retratam a trajetória deles antes, durante e, principalmente, após a EJA.

### **4.2 Resultado e Análise dos Relatos**

Os relatos dos dois sujeitos trouxeram uma luz para responder aos questionamentos desse estudo, porque assim foi possível identificar a relação entre as experiências vividas e os pontos de divergência.

A primeira entrevista ocorreu dia 03 de novembro de 2021. A entrevistada tem 41 anos, está casada, é mãe de dois filhos com idades de (26 e 18 anos) e está grávida de seu terceiro filho. Atualmente, é graduanda do curso de pedagogia.

A segunda entrevista ocorreu dia 08 de novembro de 2021. A entrevistada tem 32 anos, também é casada, mãe de 3 filhos. Atualmente, não está trabalhando. Perdeu a mãe muito nova e o pai logo após a formatura. É a única filha a ter concluído os estudos, o que, para ela, é motivo de muito orgulho. Chamaremos as duas entrevistadas de Sujeito A e Sujeito B, respectivamente.

Ao serem questionados sobre a importância e a aplicabilidade dos conteúdos da EJA no dia a dia, o Sujeito A afirma que os conteúdos que a modalidade lhe proporcionou foram significativos para seu cotidiano porque não eram conteúdos avulsos a realidade. De uma forma geral, foi muito interessante e facilitou nesse processo de voltar a estudar, pois alguns professores trabalhavam com projetos e temas que refletiam bem o dia a dia da comunidade. O Sujeito B complementa com a afirmação que essa didática muito o ajudou a abrir a mente para conhecer o mundo e entender a própria situação social.

Sabemos que os conteúdos da EJA seguem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e que eles são os mesmos a serem desenvolvidos com as crianças do ensino fundamental e médio. Mas, devido à EJA possuir um alunado que volta a estudar com enormes bagagens históricas, ricas de conhecimentos e que já está inserido e atua na sociedade, a prática deve ser diferente a das crianças. O professor deve ser o responsável por tornar os conteúdos prescritos em assuntos que estejam emergentes na sociedade e de uso prático no cotidiano da comunidade.

A respeito dos motivos que lhes levaram a parar de estudar, o Sujeito A diz que parou muito cedo devido a um conjunto de fatores que seguem descritos: Engravidou ainda muito jovem, perdeu sua mãe também de forma precoce e, com isso, houve a necessidade, ainda jovem, de entrar no mercado de trabalho para garantir seu sustento. Ficou casada durante 15 anos, dedicou-se exclusivamente a sua família. Sem condições de melhorar sua renda devido às exigências do mercado de trabalho e pela escolarização incompleta, o Sujeito A disse que durante esse tempo, ainda passou por complicações no casamento, visto que seu marido se tornou alcoólatra culminando com isso, em processo de divórcio. Após o mesmo, o Sujeito A, querendo melhorar de vida, planejou-se para concluir seus estudos, visando melhores condições e oportunidades no mercado de trabalho.

Os motivos do Sujeito B são semelhantes. Ele interrompeu os estudos no passado por ter engravidado aos 15 anos. Tentou manter os estudos, mas, devido aos fatores da primeira gestação, ficou afastado da escola por dois (2) anos para se dedicar aos cuidados com o primeiro filho. Essa semelhança entre os relatos dos motivos que levaram ambos os sujeitos a interromper os estudos mostram bem como é a estrutura da sociedade e como essas situações impactam na vida de uma mulher.

O Sujeito A relata que sofreu discriminação devido a sua falta de escolarização e que isso existe, principalmente, no mercado de trabalho, em relação à exigência da conclusão do ensino básico para quase todas as áreas de atuação. As empresas não dão oportunidade a quem não tenha concluído a escolarização. É um processo seletivo/eliminatório; o fato do sujeito não ter concluído o ensino básico “pesa muito”.

Esse é um fato inegável, visto que o mercado de trabalho é bastante concorrido. Tal fato torna a luta por vagas como um processo de exclusão, que deixa de fora aqueles que não se encaixam ou não suprem as exigências do mercado de trabalho.

Já o Sujeito B disse que a discriminação que sofreu veio da sua família; ele se sentiu discriminado pelo fato de ter engravidado ainda muito jovem e por ter parado de estudar. Então, havia sempre olhares de julgamento, já que não acreditavam que poderia voltar a estudar. Todavia, independente dos obstáculos momentâneos, ele estava determinado a retornar e concluir os estudos.

O Sujeito B declara que o motivo de voltar a estudar foi sua determinação para conclusão de seus estudos. Além de ser uma forma de satisfazer suas próprias vontades, também daria orgulho para seu pai, ainda vivo, e cumpriria uma promessa feita a sua mãe, quando ainda era criança, de não parar de estudar. Com isso, o Sujeito B mostrou sua vitória para aqueles que não acreditaram em seu sucesso. Ele sabia que, quando concluísse a escolarização, teria melhores oportunidades de trabalho, o que de fato aconteceu. Ao concluir a Educação Básica, ingressou no ensino superior e foi promovido de cargo.

Já o Sujeito A, diz que os motivos que o levou à decisão de voltar a estudar foi não só a necessidade da inserção no mercado de trabalho, como também a deficiência intelectual. O mundo está em constante movimento, sempre se atualizando, e o indivíduo pode ficar com defasagem de informações nas conversas, se sentindo deslocado. Tal fato fez o Sujeito A ir em busca, novamente, de mais conhecimentos.

Concordamos com essa afirmação, pois ficou evidente que esse é o reflexo da globalização, em um mundo cada dia mais sintonizado com constantes mudanças e atualizações. Os cidadãos devem estar em convergência com esse movimento. Todavia, o Sujeito A disse que vivenciou alguns empecilhos no retorno à escola, como a heterogeneidade existente na sala de aula da EJA.

Podemos citar essa diversidade na diferença de idade, nas situações de vida e nas tradições culturais. No primeiro momento, a convivência não aconteceu de forma totalmente pacífica, já que alguns conflitos existiram devido a esses fatores. Concordamos que a

pluralidade existente em uma turma de jovens, adultos e idosos tende a ser desafiadora, contudo, pode ser sempre uma oportunidade de, a partir de diferentes perspectivas, começar a olhar para o mundo de forma diferente e questionadora. O compartilhamento de visões diferentes torna o ambiente escolar enriquecedor.

O Sujeito A reconhece que a EJA muda a vida de todos. Primeiramente, por proporcionar a conclusão, a certificação de término da educação básica, o que abre portas para melhores condições no mercado de trabalho. No segundo aspecto, diz que a EJA é um processo de inclusão, mas que, por falta de incentivo, de apoio por parte da equipe escolar, alguns alunos desse programa acabam por se limitarem à certificação.

O Sujeito A diz que muitos “mostram o caminho, mas não incentivam”. Enfatiza, novamente que, independente da escolha do aluno após a finalização dos estudos, a EJA muda, e muito, a vida de um estudante.

E em complemento a essa declaração, o Sujeito B descreve que a EJA foi muito importante para sua vida porque sentiu que estava conseguindo realizar seus objetivos e criou mais esperança. Tinha como objetivo pós-escola continuar estudando, ingressaria em um curso superior, contudo, devido aos conteúdos na EJA serem resumidos devido ao tempo, relata que teve um pouco de dificuldades na faculdade. Logo conseguiu superar e, hoje, é formado em Recursos Humanos. A EJA também despertou nele, o interesse de buscar cursos para melhor se qualificar, como o de computação.

As visões dos dois sujeitos sobre a mudança, a partir da EJA, exteriorizam que ela é uma chave de acesso, uma porta, um caminho que leva os indivíduos a novas descobertas do “eu” e do “mundo” a sua volta. Por isso, o Sujeito B acredita que a EJA dá oportunidades para as pessoas que estavam desacreditadas de si mesmas, sem disposição para estudar. Então, isso é uma oportunidade para atender de forma acolhedora, com os profissionais capacitados para esse público. O sujeito B recebeu incentivo de seus professores e atendimento com sensibilidade.

Ao descrever o significado da escola para si, o Sujeito A declara que a escola é um sistema de inclusão, como também abre portas para um processo de aceitação de todos, a partir da convivência com pessoas de diferentes idades, culturas e lugares. Essa troca de experiências em sala de aula possibilita novas vivências e o respeito as diferenças. “É um alicerce da pessoa para poder seguir; às vezes, a vida dela está toda destruída, e ela consegue fazer um alicerce ali para poder reconstruir. É uma reconstrução de vida, na verdade”.

A respeito da escola, o Sujeito B complementa em seu relato que “A escola é uma porta aberta para o conhecimento, e desenvolvimento da pessoa, que é realmente isso que acontece”.

Nela, o aluno adquire novos conhecimentos com o intermédio do professor e com as relações interpessoais com os outros alunos que possuem histórias e culturas diversificadas.

O Sujeito B diz que a EJA transformou a vida dele, pois, a partir do estudo, conseguiu ter uma autoestima melhor e que lhe possibilitou vivências sociais que antes se sentia afastada. Destaca que a convivência com a diversidade lhe permitiu novos conhecimentos, o que acarretou a transformação dela diante da sociedade.

Já o Sujeito A, ao ser questionado sobre o que mudou na sua vida após o EJA e quais foram os benefícios que isso trouxe para a sua vida, afirma que o primeiro grande benefício foi o conhecimento e também ter convivido com pessoas que incentivaram e estimularam a “ir em frente”. Quando voltou a estudar, a EJA era seu alicerce e conseguiu a conclusão da Educação Básica, alcançando um ótimo desempenho no ENEM. Com isso, conseguiu ingressar em um curso superior, um feito que ninguém de sua família teria conseguido, ou sequer almejava antes. Sendo essa uma grande evolução e conquista para vida dele.

Hoje, está em um novo relacionamento, uma nova vida. A EJA lhe proporcionou esses novos relacionamentos e coleciona muitos amigos, além de ter conhecido pessoas muito interessantes nesse caminho. Atualmente, cursa Pedagogia e diz que quer ser professora para falar para seus futuros alunos: “Sigam em frente, vocês vão conseguir. Vocês são capazes”.

O Sujeito A pretende fazer pelo outro o que, um dia, seus professores fizeram por ele. Isso evidencia a importância do papel do professor em uma sala de aula de jovens e adultos, não podendo ser um mero transmissor de conhecimento previamente estabelecidos, apenas para “cumprir tabela”. Salientamos que o professor que atua na EJA deve ser um profissional qualificado e que entenda as especificidades dessa modalidade de ensino, e as características de seu público-alvo. Além dos conteúdos, deve-se estimular os alunos, dar esperanças de um futuro com melhores possibilidades.

“Eu acho que minha vida mudou totalmente”, disse o Sujeito A. E completa “Meus pensamentos, meu jeito de ser, até uma autoestima, que, às vezes, a gente deixa de ter por não ter estudos, você consegue melhorar, e se sente respeitado, sente que tem direitos, que é cidadão, que pode sim evoluir”. Concordamos que a EJA, além de proporcionar um diploma de conclusão da educação básica, possibilita aos indivíduos a realização pessoal. Ter a chance de assinar documentos, ler e escrever cartas, textos são grandes conquistas.

Concluindo sua fala, o Sujeito A diz que espera que as pessoas passem a olhar mais para a EJA, pois, essa modalidade de ensino é deixada para trás nas discussões sobre educação, não sendo valorizada. Essa forma de educar é uma etapa muito importante, muda a vida das pessoas

e, por isso, deve ser oferecida a todos que precisam dela. Ela deve ser pensada além do mercado de trabalho, porque assim servirá para ajudar no desenvolvimento intelectual das pessoas, já que “o conhecimento é um ganho”. Destacamos ainda que consideramos a EJA como um processo muito bonito que deve ser valorizado e enfatizado para que não caia no esquecimento, não deixe de transformar vida como, um dia, transformou a vida desse aluno.

Os relatos dos Sujeitos A e B nos possibilitou enxergar a EJA, a partir da perspectiva de quem a vivenciou e que, hoje, colhe as contribuições. Com isso, o questionamento que este estudo buscava responder foi alcançado, pois, podemos compreender as possíveis contribuições sociais, econômicas e afetivas que a EJA pode proporcionar à vida de um sujeito oriundo dessa modalidade de ensino. A partir das pesquisas bibliográficas deste estudo e dos relatos de experiência das entrevistadas, constatamos que a EJA pode contribuir socialmente na vida dos sujeitos à medida que a sala de aula seja um ambiente com pluralidade e que proporcione novas interações e conhecimentos, como também tenha os conteúdos atrelados a vida dos alunos e na comunidade.

Em relação às contribuições afetivas que a EJA proporcionou e pode proporcionar na vida dos sujeitos oriundos dessa modalidade de ensino, destacamos, primeiramente, a realização pessoal do sujeito, o que eleva sua autoestima, tal como, a criação de novos laços afetivos sociais que contribuem para a construção dos sujeitos.

As contribuições econômicas ocorreram e ocorrem devido à certificação de conclusão para abrir portas para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhores oportunidades. Diante da concorrência, todavia, é importante salientar a importância da educação ao longo da vida. A conclusão da Educação Básica é importante para esse sujeito, mas buscar por qualificação, realização de cursos, ensino superior entre outros, também é benéfico para a construção e desenvolvimento dele.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A EJA é uma modalidade da Educação Básica que busca atender pessoas jovens, adultos e idosos que não concluíram a escolarização na idade “adequada”. Essa modalidade de ensino é caracterizada pela sua oferta ao público-alvo, ensino no período noturno e com as metodologias e a prática pedagógica que atenda as especificidades do público.

A EJA, como uma política pública educacional, deve agir de modo que contemple e que alcance todos os sujeitos que têm direito a concluir a educação básica de forma gratuita, e com

ensino de qualidade. Todavia, ela é o resultado da falha de outras políticas públicas. Então, para se estabelecer uma política educacional como a EJA, que atenda a proposta estabelecida nas legislações e nas teorias educacionais, é necessário que todas as políticas públicas que preveem os direitos básicos dos cidadãos atuem conjuntamente.

Esse estudo teve como objetivo geral compreender as possíveis contribuições sociais, econômicas e afetivas que a EJA proporciona na vida de um sujeito oriundo dessa modalidade de ensino, além de explicitar como os fatores externos à escola têm influência nas decisões escolares. Com isso, o estudo classifica-se como qualitativo-descritivo. Foi realizado um estudo de caso com base nos relatos das experiências, utilizando o método dialético. Os relatos foram coletados a partir de entrevistas com sujeitos provenientes da EJA.

Os objetivos específicos possibilitaram conhecer de forma mais detalhada o fenômeno da EJA e sua influência na sociedade. Constatamos que a história da EJA é marcada por sua marginalização. Ela enfrentou dificuldades para se estabelecer como modalidade de ensino e para se beneficiar dos repasses financeiros a fim promover e universalizar o acesso dos alunos.

Comprendemos o fenômeno da EJA como transformação social, a partir dos resultados das análises dos relatos. Eles evidenciaram que a EJA transformou a vida dos dois entrevistados, pois, as contribuições sociais, econômicas e afetivas ocorreram após a conclusão do estudo. Os dois sujeitos entrevistados alcançaram a realização pessoal e melhoraram a autoestima. Contribuiu socialmente, pois as interações pessoais e os conteúdos desenvolvidos em sala possibilitou a obtenção de novos conhecimentos que foram vinculados à sua prática e à atuação social. E, por último, contribuições econômicas devido às portas que a conclusão da EJA abriram no mundo do trabalho.

## **6. REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1934.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.093/07 – **Reorganização do Programa Brasil Alfabetizado**, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Da Educação Básica**. Brasília, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf) Acesso em 23 out. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394. Brasília, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – PNE. Lei nº 13.005. Brasília, 2014.

COSTA, Deane Monteiro Vieira; ARAUJO, Gilda Cardoso de. **A campanha de educação de adolescentes e adultos e a atuação de Lourenço Filho (1947-1950): a arte da guerra.** SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, v. 25, p. 01-09, 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0126.pdf> Acesso em: 25 set. 2021.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, VERA Masagão. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil.** Cadernos Cedes, v. 21, p. 58-77, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005> Acesso em: 02 out. 2021.

FRANCISCO, Liliane Antonio Luciano. **O papel do currículo para uma metodologia motivadora na EJA.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/493/O%20PAPEL%20DO%20CURR%C3%84CULO%20PARA%20UMA%20METODOLOGIA%20MOTIVADORA%20NA%20EJA.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20Aluno%20da%20EJA%20chega,de%20escola%20temos%20a%20oferecer>. Acesso em 31 out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 53ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 65ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOOKE, Bell. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. **Educação democrática.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10ª edição. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Maria Margarida. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM REDE: O financiamento público das pesquisas em educação de jovens e adultos integrada a educação profissional.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, Bárbara Charlois; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **O Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos**. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*. 2012. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v3-n1-2012/Barbara.pdf> Acesso em 02 out. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAMPAIO, Marisa Narcizo. **Educação de jovens e adultos: uma história de complexidade e tensões**. *Práxis educacional*, v. 5, n. 7, p. 13-27, 2009. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/600/493> Acesso em 31 out. 2021

SANTOS, Ana Claudia Siqueira dos. et al. **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DOIS CONCEITOS, UM PROCESSO**. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc3-6.pdf> Acesso em 02 out. 2021.

SOUZA, Gilson Luiz Rodrigues. SILVA, Luziene Aparecida da. **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**. *Revista Brasileira de Educação e Cultura*: páginas 89-110, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/55629/Downloads/74-Texto%20do%20artigo-288-1-10-20120906%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/55629/Downloads/74-Texto%20do%20artigo-288-1-10-20120906%20(4).pdf) Acesso em 24 out. 2021.

SCHWARTS, Suzana. **ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TEORIA E PRÁTICA**. Petrópolis: Vozes, 2010.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro**. Brasília: SESI/UNESCO, 1999. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000006.pdf> Acesso em 03 out. 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtien, 1990. Disponível em [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por) Acesso em 03 out. 2021.

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Shirley Aparecida da Silva Matos RA 37254

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (x)

NÃO AUTORIZAÇÃO ( )

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: A Educação de Jovens e Adultos como Transformação Social: um estudo de caso.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Luciane Silva de Souza

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Pedagogia. Modalidade afim Artigo

Shirley Aparecida da S. Matos

Assinatura do representante do grupo

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Orientador (a):

**Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.**

Goiânia, 27 de novembro de 2021.